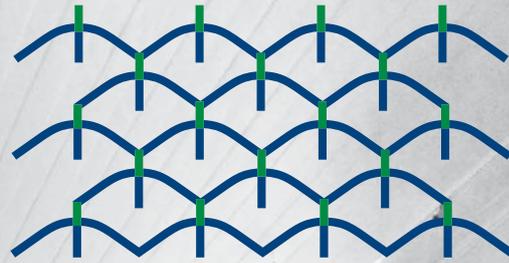


MUSEUS & MUSEOLOGIA



DESAFIOS DE UM CAMPO
INTERDISCIPLINAR

MONIQUE BATISTA MAGALDI
CLOVIS CARVALHO BRITTO
Organizadores



Nos últimos anos ocorreram transformações na configuração dos cursos de Museologia no Brasil. Até 2003, existiam em atividade dois cursos de graduação em Museologia no país, o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e o da Universidade Federal da Bahia. Após essa data foram criados doze cursos nas cinco regiões do país, incluindo o da Universidade de Brasília em 2008. Também tem crescido o número de cursos de pós-graduação, publicações e eventos em Museologia. Essas transformações contribuem para reforçar as estratégias de vigilância comemorativa – instituindo marcos fundacionais, mitos de criação e ritos de passagem através de agentes, agenciamentos e obras – e, conseqüentemente, de fabricação de legados por meio de “explosões discursivas” em um campo interdisciplinar.

Na verdade, é importante problematizar a multiplicidade de conceitos em torno da interdisciplinaridade. Na maioria das vezes ela é analisada de modo unívoco, tendo como referência sua etimologia ou suas diferenciações com o multi e o transdisciplinar. Não é sem razão que existem diferentes “tradições” que a investigam sob as perspectivas epistemológica, instrumental e fenomenológica. Por isso é fundamental também compreendê-la como uma construção permeada por intencionalidades. No caso da Museologia como campo interdisciplinar privilegiado trata-se de visualizá-la como fruto de táticas de vigilância comemorativa e de fabricação de legados, projeto no qual este livro e seus autores estão inseridos.

Esta publicação celebra os dez anos da aprovação do curso de Museologia no Conselho Universitário da Universidade de Brasília e assume uma vocação metalinguística ao se tornar uma memória de itinerários de pesquisa sobre a memória. Os textos aqui reunidos contribuem, de certo modo, para a história da emergência de alguns problemas centrais no campo dos museus e da Museologia, explicitando possibilidades de pesquisa. O intuito foi mapear distintos itinerários de investigação, apontando estratégias, conquistas e rupturas em um momento de profundas redefinições nos repertórios da memória.



Fotografia: Monique Magaldi
Museu Nacional/UFRJ, 2011

Realização:



Apoio:



MONIQUE BATISTA MAGALDI

CLOVIS CARVALHO BRITTO

Organizadores

MUSEUS & MUSEOLOGIA:

DESAFIOS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Brasília

UNB – CURSO DE MUSEOLOGIA | FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI

2018

Comitê Editorial

Dra. Ana Albani – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes – Universidade de Brasília;
Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers – Universidade de Goiás;
Dra. Júlia Nolasco Leitão Moraes – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
Dra. Joseania Miranda Freitas – Universidade Federal da Bahia;
Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha – Universidade Federal da Bahia;
Dra. Maria Margaret Lopes – Universidade de Brasília;
Dra. Marize Malta – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Dom João VI
Dra. Zita Rosane Possamai – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Projeto Gráfico

Maíra Zannon | Ilha Design

Fotografia de Capa

Monique Magaldi

M986 Museu & museologia : desafios de um campo interdisciplinar /
 Monique B. Magaldi, Clóvis Carvalho Britto, organizadores. –
 Brasília : FCI-UnB, 2018.
 186 p. : il.; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88130-51-7

1. Museologia. 2. Museu. 3. Pesquisa. I. Magaldi, Monique B.
(org.). II. Britto, Clóvis Carvalho (org.).

CDU 069

SUMÁRIO

A MUSEOLOGIA É UMA ILHA DE EDIÇÃO: VIGILÂNCIA COMEMORATIVA E FABRICAÇÃO DE LEGADOS.....	9
MONIQUE BATISTA MAGALDI CLOVIS CARVALHO BRITTO	
10 ANOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	15
MONIQUE BATISTA MAGALDI	
PESQUISA EM MUSEUS E PESQUISA EM MUSEOLOGIA: DESAFIOS POLÍTICOS DO PRESENTE.....	19
BRUNO BRULON	
“SERVE PARA O DESUSO PESSOAL DE CADA UM”: NOTAS SOBRE A PESQUISA E O INDIZÍVEL NOS MUSEUS E NA MUSEOLOGIA.....	37
CLOVIS CARVALHO BRITTO	
OS MUSEUS E OS PRIMÓRDIOS DA MUSEOLOGIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX.....	61
ANDREA FERNANDES CONSIDERA	
A CULTURA DO PATRIMÔNIO NA BAHIA: PESQUISAS EM ANDAMENTO (1835-1970).....	73
SUELY MORAES CERÁVOLO	
A COLEÇÃO ABELARDO RODRIGUES E OS OBJETOS RELIGIOSOS COMO OBRAS DE ARTE EM MUSEUS.....	83
EMERSON DIONÍSIO GOMES OLIVEIRA	

O TRAJE DE OYÁ IGBALÉ: PRESSUPOSTOS PARA A PESQUISA EM ARTE A PARTIR DA INDUMENTÁRIA DE CANDOMBLÉ MUSEALIZADA.....	99
MARIJARA SOUZA QUEIROZ	
MUSEU ANTROPOLÓGICO E BACHARELADO EM MUSEOLOGIA DA UFG: DINÂMICAS DE ATUAÇÃO CONJUNTA E INTERDISCIPLINAR.....	117
MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO NEI CLARA DE LIMA	
CIBERMUSEOLOGIA E MUSEOLOGIA VIRTUAL: AS DIFERENTES DEFINIÇÕES DE MUSEUS ELETRÔNICOS E SUA RELAÇÃO COM O VIRTUAL.....	135
MONIQUE BATISTA MAGALDI BRUNO BRULON MARCELA MARIA FREIRE SANCHES	
MUSEOLOGIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA.....	157
SILMARA KUSTER DE PAULA CARVALHO	
GALERIA DE FOTOS DO I ENCONTRO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – DESAFIOS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR.....	177



PESQUISA EM MUSEUS E PESQUISA EM MUSEOLOGIA: DESAFIOS POLÍTICOS DO PRESENTE

Bruno Brulon¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Para que serve a Museologia? O que fazem os museólogos? A resposta mais satisfatória, no presente, para essas perguntas é unívoca: *pesquisa* – nos museus e fora deles. Somos pesquisadores que pensam os processos, percursos e biografias que levam as coisas a receberem valor de transmissão, valor este que, de forma específica e ao mesmo tempo ampla, convenciamos chamar de *musealidade*.

Historicamente, foi a partir dos museus, como instituições do pensamento e da pesquisa científica ligada a múltiplos saberes, que a museologia – praticada nessas instituições – realizou o exercício, metamuseal e metamuseológico, de pensar a si mesma compondo um núcleo de reflexões sobre o campo, seus objetos, conceitos e metodologias, que se traduziram, pelo menos desde os anos 1980, nos fundamentos teóricos da Museologia.

Atualmente, no Brasil, museu e Museologia estão sob ataque. Um ataque que ameaça se expandir por todas as humanidades, levantando questões sobre a validade científica, sobre o valor das instituições de pesquisa (sistematicamente relegadas a segundo plano nas políticas estatais dos últimos anos) e sobre o próprio estatuto do pesquisador. Na era das *fake news*, não poderia ser mais emblemática a imagem da primeira instituição de pesquisa científica do país, o Museu Nacional do Rio de Janeiro², queimando em chamas por inteiro diante dos olhos dos cientistas que o construíram. Símbolo de uma amnésia anunciada, o Museu Nacional que conhecemos, instituição pública que definiu para os brasileiros o sentido “público” dos museus, deixava de existir no dia 2 de setembro de 2018, para se tornar uma memória em disputa.

1 Professor de Teoria da Museologia do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS – UNIRIO/MAST). Coordena o Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI) e é vice-presidente do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM).

2 Pertencente, até o presente, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição de ensino que é um dos mais importantes centros de pesquisa do país.



A Museologia, então, passa a ter que defender o seu objeto primeiro por meio da mobilização social aliada à reflexão sobre as suas bases teóricas, enquanto os discursos políticos liberais e diversos comentários em redes sociais questionavam a importância (material e simbólica) do museu, como instituição de pesquisa que se propõe a transmitir conhecimentos e a fazer pensar para além do universo recluso das ciências acadêmicas. O *museu-fantasma* agora se impõe como símbolo do luto por um modelo de instituição que forneceu as bases para se pensar um campo museológico em expansão e plural.

Diante das recentes medidas governamentais que tomaram de assalto o campo museal no Brasil, e da eminente extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão responsável pela transformação sensível do campo de atuação dos museólogos na última década, a Museologia se vê novamente obrigada a confrontar as suas bases, interrogando o seu papel social e o seu lugar político na construção de uma sociedade democrática e com amplo acesso ao saber científico – isto é, baseado em pesquisa.

Os museus, então, se veem diante da necessidade de se reafirmarem como instituições de pesquisa, num momento em que *museus* e *pesquisa* vêm sendo colocados em xeque pela sociedade mesma a que servem. Quando já se tem pouco espaço – na gestão dessas instituições e no campo patrimonial – para o pesquisador em Museologia, somos confrontados com a urgência de um debate amplo, aberto e crítico sobre esta área de atuação ligada aos museus e demarcada por relações de poder coloniais. O que está em jogo nessa revisão do passado é o lugar no presente dos museus e da Museologia que praticamos e para os quais formamos os nossos alunos, bem como o lugar da pesquisa em nossa área. É, portanto, o papel político da Museologia no presente re-pensar os museus e a própria Museologia, se apropriando das reflexões sobre os diferentes modelos de gestão e de políticas culturais para o campo museal que vêm sendo propostos de forma arbitrária e sem o devido debate entre a categoria profissional.

Pensar o lugar da pesquisa nos museus e na Museologia, no presente, nos impõe, assim, um desafio político imperante: o de nos pensarmos como cientistas reflexivos e críticos num momento em que a reflexão crítica se torna a única arma possível a favor da democracia na produção e no acesso ao saber promovidos pela musealização.



A pesquisa nos museus no Brasil

O debate recente em torno da relevância social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sobre o seu futuro incerto, apontou para a dificuldade atual de se perceber a relevância da própria pesquisa científica no Brasil. Tal dificuldade tem como causa, em parte, a própria ausência de discussão sobre o sentido público dos museus e das instituições científicas em geral. Para além de nos perguntarmos “o que fazemos?”, a pergunta primordial é “para quem fazemos?”. A relevância social do museólogo, hoje, depende invariavelmente de sua capacidade de olhar para a Museologia de forma integral – proposta esta que não é uma novidade, mas que já estava prevista na ideia de um “museu integral”³ pensada desde que o campo museal formulou seus questionamentos próprios no contexto da América Latina, nos anos 1970.

Contudo, para entendermos o que fazemos, ou para que servem os museus, é preciso entender, antes, o que fazemos com os museus e com a Museologia, tanto no âmbito de nossas práticas específicas como na reflexão teórica. Primeiramente, não há como negar a relevância política dos museus, como instituições que se configuram como objetos de acirradas disputas envolvendo projetos de futuro específicos e a validação de certos regimes de verdade que percorrem todo o século XX e chegam aos nossos dias em pleno século XXI – quem ainda se lembra do caso da exposição *Queer Museu*⁴ e de todo o debate sobre a censura em instituições culturais iniciado em 2017, fomentando uma pauta estritamente ligada a projetos de Nação? As políticas culturais para o campo museal na história recente do Brasil não deixaram de constituir um campo de batalhas envolvendo diferentes pontos de vista sobre a cultura e a sobrevivência material de grupos sociais subalternizados.

Musealizar é, neste contexto, uma forma de construir consenso sobre o valor e sobre a matéria, se percebemos que os museus são instituições organicamente ligadas às sociedades. É a sociedade que produz o valor transmitido pelos museus. Mas, como

3 Noção proposta na Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pela UNESCO e pelo ICOM, em 1972, quando se discutiu o papel social dos museus na América Latina, e que foi introduzida como basilar para pensar a museologia e os museus na região desde então. Santiago foi um convite para uma ‘responsabilidade social’ que, até então, não havia sido atribuída diretamente aos museus. O que se discutia eram de fato os problemas das sociedades latino-americanas, entre pessoas de diversas áreas do conhecimento, incluindo profissionais de saúde e pensadores das ciências sociais. (DECLARAÇÃO, 1973, p.198).

4 Exposição aberta em 2017, no Santander Cultural, em Porto Alegre, e que foi censurada a partir de reivindicações do Movimento Brasil Livre (MBL), dando origem a um amplo debate político sobre o papel dos museus e a preservação dos valores da “família brasileira”.



dispositivos, em sua maioria criados por um Estado cuja centralidade, no caso brasileiro, nunca deixou escapar o patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que produzem valor, museus são o resultado de negociações do próprio consenso sobre o valor, reproduzindo materialmente as hierarquias de poder e saber que conformam aquilo que se entende por Nação.

No passado, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, marcou, no contexto de um império com sede nos trópicos, a continuidade política e cultural da metrópole na distância da colônia. Em um primeiro estágio, ele configurou um modelo de produção e disseminação do conhecimento a partir de coleções organizadas e classificadas segundo critérios formulados com base em trocas internacionais. Como chama a atenção Maria Margarete Lopes, ao longo do século XIX, aprofundando este projeto e baseando-se nas principais instituições científicas da Europa – notadamente o Muséum de História Natural de Paris, criado em 1793 – o Museu Nacional do Rio de Janeiro buscava se legitimar como um centro de instrução pública incorporando o ensino da História Natural para uma elite civilizada, projeto este amplamente discutido nas décadas de 1830 e 1840⁵, que, contudo, não foi concretizado até o final desse século.

Em 1871, com a configuração do Museu Paraense de História Natural e Etnologia, que já nascia com a finalidade de se constituir o “primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior” no Pará⁶, a relação dos museus de História Natural com a educação dos brasileiros iria conferir um caráter instrutivo a essa museologia cientificista. A vocação de instituição pública despertada nos museus brasileiros, evidentemente influenciados por museus europeus como o Louvre ou o British Museum – e não mais pelo próprio Muséum de História Natural – resultou na transformação para uma museologia da curiosidade visando atrair um público mais amplo de não especialistas para descobrir o que essas instituições enciclopédicas guardavam.

A lógica da curiosidade se perpetuaria como parte desses museus, quando a questão do público passava a ser valorizada para justificar nacionalmente a relevância

5 No contexto dessas duas décadas, os ministros dos Negócios do Império e deputados discutiam a possibilidade de se instalar um curso ou uma Faculdade de Ciências Naturais no Museu Nacional, no contexto das discussões sobre a criação de uma universidade no Brasil. O projeto, que não chegou a ser implementado, mobilizou a elite científica ligada ao Museu, visando concretizar a sua missão de Instrução Pública para manter o seu caráter metropolitano (LOPES, 1997, p. 79).

6 O regulamento do Museu Paraense previa “as bases do futuro desenvolvimento dos estudos superiores” na Amazônia, incluindo lições públicas a serem ministradas semanalmente por um membro do conselho administrativo do museu, tal qual seria feito anos mais tarde no Museu Nacional do Rio de Janeiro (LOPES, 1997, p. 205).



dessas instituições. No Brasil republicano, sem que os museus nacionais servissem a interesses específicos da antiga Metrópole, o Museu Paraense tentava se consolidar na burocracia estadual, tendo que atrair e cativar a população de Belém, o que era fundamental para a obtenção de recursos⁷. No início do século XX, o museu tinha os seus índices de público comparáveis com os do Museu Nacional, sendo o primeiro museu ao Norte do país mais visitado do que aquele da Capital Federal (então Rio de Janeiro), segundo afirmava o seu diretor (GOELDI, 1900, p. 51 apud SANJAD, 2006, p. 172).

A questão do *público* (propositalmente aceito no singular) criava para os museus brasileiros a reificação de uma categoria social ontologicamente separada das coleções científicas e, logo, dos cientistas que as constituíam e as estudavam – mantendo nos museus ditos *modernos* a separação entre produtores de conhecimento e consumidores de curiosidades, própria do pensamento europeu sobre os museus enciclopédicos. Tal separação, dentro da qual se conjugava uma hierarquia social particularmente aguda no contexto brasileiro, foi reproduzida pelos museus até muito recentemente, o que leva uma grande parte da sociedade brasileira, no presente, a se perguntar sobre a real importância – material e simbólica – dessas instituições para o brasileiro comum.

Destinados a cumprir, nas colônias, uma missão civilizacional, os museus se fizeram instituições políticas portadoras de um ensinamento para populações que não possuíam instrução. Desde o século XIX uma lógica positiva iria engendrar hierarquias sensíveis entre os museus e seus públicos no Brasil. As ciências humanas e sociais, no país, iriam ser criadas partindo do mesmo princípio para se produzir um conhecimento separado do saber popular e ao mesmo tempo pensado como positivo e ilustrado.

Ainda atuando sobre a fragmentação do pensamento, já no contexto de São Paulo, o Museu Paulista, criado em 1894, a partir de uma coleção particular de moluscos, levaria ao nascimento de uma disciplina antropológica no país, ainda que vinculada aos parâmetros e modelos das ciências naturais (SCHWARCZ, 2008, p. 83). Para a antropologia evolucionista da época, estudar o “homem primitivo” não era muito diferente de estudar a flora e a fauna locais. Na verdade, na perspectiva oficial do Museu Paulista, o estudo da humanidade claramente se subordinava a certos ramos do conhecimento científico, em especial à biologia, e só interessava enquanto tal. Assim, no século XIX, os museus brasileiros herdavam dos *Muséums* europeus, a definição da Antropologia

7 Em 1900, o museu alcança um novo recorde de público, quando 2.920 pessoas visitaram em um único dia uma mostra de fotografias e desenhos organizada para a celebração do 4º centenário da descoberta do Brasil (SANJAD, 2006, p. 172).



como o ramo da História Natural que tratava do homem e das raças humanas, tendo por objetivo descobrir as “características permanentes” que permitissem distingui-las enquanto “tipos” biológicos⁸. Progressivamente, a questão do “povo brasileiro” aliada à ideia de construção da Nação preconizada pelos interesses de uma elite paulista que se desejava fazer representar na esfera cultural (SCHWARCZ, 2008, p. 90) levou o Museu a desenvolver o esboço de ciências humanas e sociais no país.

Os museus, ao encenarem o “Outro” construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente. Mas, se até o final do século XIX e início do XX, a pesquisa nos museus servia para legitimar essa separação *universal* entre cientistas e público desprovido de instrução, o que se viu na transformação do próprio Museu Nacional no século seguinte foi a gradativa introdução dos visitantes, em sua diversidade, no Brasil, como verdadeiros atores do museu e criadores de seus próprios discursos sobre o patrimônio musealizado. O seu estigma de instituição colonialista foi, ao longo do tempo, sendo contestado, e já havia sido subvertido nas práticas de inclusão de públicos periféricos no contexto da cidade do Rio de Janeiro, com base no trabalho de divulgação científica e das ações da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), programa educativo mais antigo no país, criado, no Museu, em 1927.

Os cientistas do presente, tanto nas chamadas humanidades quanto nas ciências naturais, que povoaram ao longo da história o imaginário do público sobre a própria ideia de museu, já não faziam pesquisa *para o público*, mas, como em muitos setores do Museu Nacional, incluíam seus visitantes, os “Outros” imaginados desde a colonização, no próprio fazer científico, fazendo pesquisa *com o público* e fomentando a reflexão crítica sobre as suas próprias realidades que passavam a fazer parte da vida social dessa instituição pulsante e integral.

8 O interesse maior pelas tipologias raciais iria diminuir consideravelmente a partir da década de 1930 (SEYFERTH, 1995, p. 175).



A musealização como eixo estruturante da Museologia

A acepção tradicional da musealização se vê pautada na ideia iluminista que entende o museu e seus procedimentos como “fruto da razão e motor do desenvolvimento das ciências modernas” (MAIRESSE, 2011, p. 252). Tal concepção científica de caráter eurocêntrico, ao longo da história moderna, ultrapassa o princípio da coleção renascentista para se inscrever no coração do princípio mesmo dos museus na época das Luzes, contribuindo para a compreensão do objeto musealizado como um “portador de informação” (objeto-documento), que se inscreve até os dias de hoje na missão científica atribuída a essas instituições (Mairesse, *loc. cit.*). Essa vertente científica serviu de base para acepções diversas da musealização nos contextos de ex-colônias, onde o museu esteve ao longo de séculos associado à imagem soberana de instância de poder que reifica a separação entre cultura e sociedade, entre o patrimônio e seus usuários, reforçando as lógicas de dominação impostas pela colonização.

Desdobrando a cadeia museológica, Marília Xavier Cury enumera quatro momentos para a musealização que, segundo a autora, tratam de um processo de valorização de objetos. No primeiro momento, tem-se a seleção dos objetos que serão integrados a uma coleção ou acervo – nesse caso, musealizar seria a ação de preservar. O segundo momento se dá com a *inserção do objeto no contexto museológico*, onde musealizar é um processo que parte da aquisição e culmina na comunicação. O terceiro momento consiste na *escolha de objetos para compor a exposição*, aqui musealizar é criar um conceito, um significado, por meio de objetos. O quarto momento se refere ao próprio *processo de comunicação*, nesse caso musealizar é desencadear uma comunicação que engloba “concepção da exposição, montagem, abertura para o público e avaliação” (CURY, 1999, p. 50). Em linhas gerais, a autora sintetiza o termo musealização como processo de aquisição, estudo, documentação e comunicação do patrimônio cultural com ênfase na exposição. Em grande parte dos autores, assim, a musealização adquire um caráter necessário de uma comunicação, destinada a produzir valores mais do que a manter documentos.

Entendida, em termos específicos, como a “cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação” (BRUNO, 2013), esta *cadeia museológica* – fundada primeiramente na teoria para implementar o entendimento da prática da musealização – está no centro de nossa disciplina. A partir dos autores consultados e da análise de casos específicos na realidade brasileira – como o caso, já citado, do Museu Nacional – defendemos que a cadeia da musealização não começa, tampouco se limita, aos museus;



isto porque a musealização tem início no campo (*terrain*) onde os objetos são coletados e abarca todos os processos que se seguem: identificação, classificação, higienização, acondicionamento, seleção, comunicação (em todos os seus sentidos possíveis, englobando a exposição), e até a sua extensão sobre os públicos, os colecionadores privados, o mercado de objetos, e os diversos outros agentes indiretamente ligados a ela (como os pesquisadores dos mais variados níveis além dos próprios museólogos).

Em um esquema inspirado no que foi inicialmente proposto por Zbynek Stránský e Peter van Mensch (BRULON, 2018, p. 189-210), podemos vislumbrar as seguintes etapas que compõem a cadeia da musealização: (1) pesquisa; (2) seleção; (3) aquisição (documentação); (4) conservação; (5) comunicação; (6) pesquisa de recepção, que, atuando em cadeia, se retroalimentam, levando à produção de saberes e valores para um público.

Visando esse público, o primeiro passo da musealização é a definição de uma intenção. Tal definição só pode se dar acompanhada de pesquisa – teórica e empírica – a partir das intenções plurais que guiam a musealização (intenções que podem ser regidas por diferentes atores sociais e instituições culturais, variando de um caso a outro). Em seguida, a partir do contato dos atores com o campo, o objeto será selecionado e adquirido. A aquisição, como processo amplo, envolve todas as etapas da documentação. O objeto é, então, categorizado, inventariado, digitalizado, fotografado e cuidadosamente acondicionado. Um valor monetário lhe é atribuído pelo museu, como um novo valor intrínseco (por meio das apólices de seguro, por exemplo). Na conservação, os profissionais especializados ou conservadores irão tomar todas as medidas necessárias para a manutenção da integridade física do objeto, protegendo-o de qualquer possibilidade de deterioração crescente. O objeto se torna virtualmente acético à ação humana. Intervenções são feitas, e restrições quanto à sua manipulação e exposição são prescritas. Seu acondicionamento, em ambiente artificialmente controlado é meticulosamente monitorado. Em todos esses momentos, ele *estará sendo musealizado*, em *passagem contínua* ao que constitui e constituirá o seu valor, por meio de um *vir-a-ser perpétuo* que faz dele objeto de museu, e produto da ciência.



A descolonização da musealização: entendendo a *performance* museal como um ato simbólico de transformação social

Considerando a musealização como um ato simbólico prático, observamos que, em suas operações práticas, há certas condições para que uma coisa selecionada se torne musealia. A musealização do objeto, antes de qualquer ato, pressupõe necessariamente um ato de cesura (*césure*), qualificado por André Malraux como “separação”, por Jean-Louis Déotte como “suspensão”, e por André Desvallées como “extração” (“*arrachement*”) (MAIRESSE, 2011, p. 256). Instaurando uma ruptura com a realidade social, a musealização cria novas realidades. Jean Davallon (1986, p. 244) define o objeto musealizado como um “objeto real que não está mais no real”. Mas ele está, também.

Dizer que um objeto é elevado do real, não quer dizer que o objeto musealizado deixe de existir para o contexto social onde produzia sentido uma vez inserido em relações sociais de outra ordem. Como demonstram os exemplos contemporâneos de musealização *in situ*, uma nova realidade é criada no momento da “suspensão” simbólica que não obriga necessariamente a separação material do meio físico, mas implica numa existência dupla do objeto, como ele mesmo e como a sua representação. Tudo se passa como se o objeto existisse no limiar entre dois mundos, alcançando um estado de liminaridade característico dos rituais (TURNER, 1988). Assim, ele serve como suporte para as novas propriedades imateriais que lhe são atribuídas no plano museológico, passando a operar como parte de um *texto*, ou de uma *performance*. Em outras palavras, a pesquisa gera um dado discurso sobre a materialidade das coisas elevadas ao estado de *musealia*. Não se trata de um processo metafísico, mas epistêmico, em que um certo corpo de conhecimentos específicos serve para explicar determinados fragmentos da realidade experienciada, selecionados – por alguém que detém autoridade – entre as diversas possibilidades que se apresentam à musealização.

Como um *gesto* social, levando à ação criativa, a musealização instaura sobre a realidade um ritual ou uma *performance* ritualizada, que podemos entender como a *performance museal*. Em última instância, é ao museu que este ritual remete, mesmo quando a instituição em si não está manifestada. Mas é o processo mesmo de produção de valores – a musealização – e não o seu instrumento ou dispositivo – o museu – que deve ser objeto de reflexão crítica da Museologia. Descolonizar a musealização, portanto, antecede a própria descolonização dos museus.



Na agência que ela produz, a musealização instaura uma passagem ao estado sagrado – ainda que laico – na nova existência museológica. O museu existe no espaço recortado pela musealização, mesmo quando ele é apenas imaginado ou quando são evocados os seus fundamentos transformadores da realidade social. A musealização é a ação que o incorpora, reproduzindo-o como *performance* emancipadora do real, e logo criando novas realidades por meio da magia social, numa *passagem criadora*⁹ que não pode ser medida, tampouco pode ser antecipada pelos instrumentos museais, visto que ela é produto e processo da experiência humana da criação.

Na musealização, todo o conjunto e objeto musealizados passam a ser movidos por uma *intenção museal*, sempre voltada a algum tipo de público e/ou envolvendo participação social, o que faz com que se desenvolvam diversas outras ações simbólicas que também compõem o ritual. A principal finalidade não é a exaltação nostálgica do passado, mas a *congregação* em torno da nova realidade criada pela musealização. Esse estado sublime constituído pelo ritual, por meio do qual as coisas do real adquirem novas qualidades imateriais, é o que se chamou na Museologia de “musealidade”. Podendo ser entendida como “a característica do objeto material que em uma realidade documenta uma outra realidade” (MAROEVIĆ, 2004, p. 45), a musealidade é um valor criado pela *mudança cultural*. Ela atesta a crença na diferença reconhecida entre o universo banal e o universo mágico criado pela musealização, e logo ela é produzida por meio da *performance* museal.

A partir das abordagens teóricas analisadas, é prudente considerar que a musealização é um processo dinâmico e fluido, e logo não pode ser prescrita tanto quanto não pode ser prevista. Ela depende de uma intenção, mas está sujeita às mais diversas mudanças nos valores em negociação por meio das disputas por regimes de valor que são, em última instância, regimes pela verdade e pela vontade de controlar as realidades sociais em que é aplicada. É neste sentido que a musealização permite aos objetos desempenharem o papel de “originais”, por meio da pesquisa museológica, responsável por engendrar um processo em que a informação é destilada e realocada, sendo manipulada para ser recriada na *performance* museal.

A musealização tem o poder de progressivamente solidificar a “autoridade” dos museus sobre os objetos e sobre o sentido dado ao patrimônio. Por meio de “atos de instituição” (BOURDIEU, 2009) específicos, ela cria os objetos ao enunciá-los, ao mesmo tempo em que produz a crença na sua *essência*. Dessa “magia performativa”

9 Ver a noção de “passagem criadora”, ou “traversée” (no francês), em Fabre (2014p. 4-21).



da musealização provêm as noções, amplamente associadas aos museus, de objeto “autêntico”, “original”, “verdadeiro”, diretamente opostas às noções de “inautêntico”, “falsificação” ou “cópia”, que são responsáveis por estabelecer uma hierarquia entre aqueles que ditam os seus critérios (de autenticidade, de originalidade e de verdade), e os que são levados a acreditar na *neutralidade* e *universalidade* desses mesmos critérios.

A Museologia, permeada pelos conhecimentos adquiridos de outras ciências sociais, é atualmente confrontada com a desconstrução desses conceitos por meio de sua investigação empírica, buscando explicitar os atos performativos por meio dos quais os museus construíram sua autoridade no mundo moderno, e logo percebendo a “musealização” como conceito que pertence ao campo do simbólico. Hoje, essa disciplina encontra o seu objeto de estudo nesse processo indelével de retenção reflexiva, a partir do qual algumas coisas são mantidas para que possam produzir sentido na forma de conhecimento transmitido pela comunicação museológica. A “postura específica do homem com a realidade”, de que falava Stránský¹⁰, diz respeito, afinal, a uma vontade de musealização, um tipo de vontade de representação que leva àquilo que podemos entender como a experiência social da musealidade, experiência esta que vem sendo descolonizada por princípio em muitos museus em contextos pós-coloniais.

A pesquisa museológica (ou em Museologia)

Olhando para os diferentes procedimentos que compõem a cadeia museológica, vemos que a pesquisa (que configura o princípio e o fim do ciclo da musealização) deve, com efeito, se fazer presente em todas as etapas – seja ela pesquisa empírica no campo onde os objetos são selecionados, seja pesquisa documental, pesquisa terminológica, pesquisa de técnicas e métodos de conservação, pesquisa expográfica aplicada à comunicação... Trata-se de pesquisa museológica, portanto, toda a investigação que permite sustentar empírica e conceitualmente a cadeia integrada da musealização. Pesquisa museal, de modo mais específico, seria aquela voltada estritamente para as atividades e funções do museu, que podem ou não se confundir com a musealização, como a entendemos na presente análise.

É graças ao entendimento da cadeia criativa e socialmente fundada da musealização que somos levados a defender a existência de um campo de pesquisa empírico e conceitual próprio da Museologia. A pesquisa museológica, portanto, antecede o

10 STRÁNSKÝ, (1995).



museu, assim como existe para além dele, do mesmo modo que a musealização não se limita aos perímetros – conceituais e físicos – dessa instituição social.

É neste sentido que Stránský irá considerar a tendência à musealização como o princípio criador de coleções e museus, e não o contrário. O autor lembra que muitas coleções individuais são verdadeiros “mini-museus” (1995, p. 29), criados dessa vontade à musealização que antecede qualquer tipo de institucionalização museal, mas que deve fazer parte do campo de interesses da pesquisa museológica. Essa tendência pode levar à criação de instituições tais como institutos ou associações comunitárias que não apresentam a forma tradicional de um museu, mas que têm como princípio a prática da musealização. Esse é o caso das diversas iniciativas heterodoxas que, nos anos 1970 e 1980, ao redor do mundo, ganharam o nome indefinido de “ecomuseu”, contribuindo para a própria ampliação da ideia geral de museu, ou levando à sua total explosão¹¹, quando a ênfase na passagem criadora privilegia a musealização no lugar dos modelos conhecidos de museus.

Mas, a pesquisa museológica possui caráter ainda mais amplo, ao tratar não apenas da pesquisa sobre e na cadeia museológica, ou mesmo, mais especificamente, a pesquisa museal. Ela também abarca a pesquisa reflexiva sobre a própria Museologia como campo de conhecimentos – aquela que poderíamos ousar denominar de pesquisa *metamuseológica*. É neste sentido que alguns autores já reconhecem e atuam nessas diferentes áreas da investigação considerando a percepção de que não existem vínculos absolutos entre museu e Museologia, o que permite que aceitem “a possibilidade de existência de museus sem museologia e museologia sem museus” (SCHEINER, 2005, p. 100).

Tal reflexão, como podem apresentar alguns críticos ao pensamento de Stránský ou defensores do objeto “museu”, não implica pensar a pesquisa museológica divorciada do campo museal. Ao contrário, ela representa a passagem a uma Museologia que faz do museu parte indissociável do seu campo de estudos, porém voltando-se para o processo mais amplo que o atravessa e lhe dá sentido em suas mais variadas formas ou manifestações. O museu, ele mesmo, se faz artifício do método museológico, funcionando como ferramenta de análise para a pesquisa museológica, isto é, como uma lente do social, culturalmente forjada para representar realidades ou contar uma história.

11 A expressão “musée éclaté”, “museu explodido” em português, remete ao texto escrito por Hugues de Varine sobre o Ecomuseu do Creusot Montceau-Les-Mines, intitulado *Un musée éclaté : le Musée de l’Homme et de l’Industrie*, de 1973 (VARINE-BOHAN, 1973, pp. 242-249).



A pesquisa museológica nos conduz, assim, a um olhar próprio da Museologia sobre as unidades de análise que recortamos das realidades sobre as quais atua a musealização. Seu método próprio irá se construir na medida em que os diálogos com outras disciplinas contribuem para o entendimento, sincrônico e diacrônico, do processo em cadeia de atribuição de valor às coisas que molda a nossa experiência do real. Ele é, portanto, método antropológico e histórico, sociológico e também semiótico, pois deve se construir interdisciplinarmente na medida em que se adapta ao movimento inconstante da musealização e dos museus, e às múltiplas experiências sociais e subjetivas que dele decorrem.

O lugar político do museólogo-pesquisador

Historicamente, o artifício da razão e a supremacia do *logos* já estavam na origem da forma de pensar preconizada pelos museus criados há duzentos anos, e forneceriam as bases cognoscentes para a musealização como a entendemos ainda em nossos dias. Não se pode ignorar, pensando a origem da pesquisa nos museus e na museologia desde a colonização, que essas instituições chegam nas colônias como instrumentos do projeto imperial de produção de conhecimentos e difusão das ciências. Nesse sentido, a primeira museologia pensada e praticada no Brasil caracterizou-se como *uma museologia sobre o Outro*, e os sujeitos representados nos museus brasileiros teriam sua identidade marcada pela *diferença*, sendo o propósito dessas instituições a composição de objetos de estudo – e suas ciências correlatas – para a Metrópole ilustrada.

O papel dos cientistas no bojo do processo político de dominação dos imaginários coloniais, portanto, não pode se ver desvinculado das lógicas de poder que conformavam o patrimônio musealizado bem como as relações sociais nas colônias. Esse papel se construiu com base na autoridade de um sujeito hegemônico, que é sujeito das ciências e sujeito dos museus, formulado filosófica e politicamente dentro do projeto iluminista fundador da Modernidade no mundo dito “ocidental”¹².

“Penso, logo existo”. A mais famosa frase de Descartes funda, a partir da Europa, uma nova maneira de pensar que iria ser imposta como dominante no bojo de um processo político que envolvia os museus, constituindo e reificando um “Eu” pensante que é sujeito soberano da musealização. Esse “Eu”, sujeito das ciências e dos museus, é capaz de produzir um conhecimento que é verdadeiro para além das determinações do tempo e do

12 Sobre o projeto de Modernidade suas implicações coloniais nas américas, ver Dussel (1995).



espaço. O “Eu” desta equação produtora de verdades é, então, duplamente qualificado: como *neutro*, pois funciona como o “olho de Deus” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28), e como *universal* pois não se vê condicionado a nenhuma intenção ou sujeito a negociações.

Esse “Eu” presente no *cogito* e sujeito universal da musealização vem sendo questionado em críticas decoloniais à Museologia e necessita ser desmistificado por meio do processo de crítica à hegemonia do próprio pesquisador em relação aos seus objetos de pesquisa. A objetividade científica, preconizada pelos museus e pela museologia acadêmica, reifica e reitera discursivamente esse sujeito sem corpo, deslocalizado, e sem história, produzindo uma retórica específica, voltada para persuadir atores sociais de que o conhecimento produzido por alguns é o único caminho possível para se alcançar a verdade. Assim, a ciência que os museus produzem e legitimam serve, ela mesma, para legitimar e produzir a validação material dos museus.

A materialidade reificada dos museus e do patrimônio, de acordo com o paradigma do conhecimento não localizado, cuja neutralidade produz a equivalência ontológica entre artefatos e fatos (HARAWAY, 1988, p. 577), relega aos sujeitos dissidentes o lugar de um “exterior necessário” (BUTLER, 1993) que serve para a manutenção do jogo que produz a hegemonia.

Pensando-se no interior dessa mecânica de construção de mitos e verdades, o pesquisador reflexivo e consciente de seu papel político tem o desafio de re-avaliar constantemente a sua prática e o seu próprio pensamento, correndo o risco de se ver preso aos jogos de poder e saber inseridos na musealização por meio da colonização. Reconhecer o seu lugar de fala na cadeia operatória, e suas escolhas como escolhas políticas, com reflexos materiais e simbólicos sobre as realidades em que atua, deve fazer parte do fazer reflexivo desse sujeito de uma ciência que almeja se fazer decolonial.

Do luto à luta pelo Museu Nacional: para continuar a haver pesquisa nos museus

Não existe museu sem pesquisa; e certamente não haveria Museologia. Logo, a sobrevivência da nossa área, entendendo a museologia como um campo organizado a partir de um saber-fazer específico e teoricamente fundado, está invariavelmente ligada à sobrevivência da pesquisa nos museus, nas universidades, sobre os museus e os patrimônios culturais, e sobre a própria museologia.

Tanto pesquisadores como atores sociais, sujeitos e objetos da musealização (não necessariamente nesta ordem), ocupavam o espaço das galerias do Museu



Nacional, na Quinta da Boa Vista, antes do incêndio que destruiu a maior parte de sua coleção bicentenária. O Museu, emblema do projeto cientificista que aqui chegou ainda no bojo da colonização, foi, antes mesmo de completar os seus duzentos anos, ressignificado e reinterpretado, ainda que reproduzindo em suas paredes e nos objetos que guardava o modelo enciclopédico cunhado no Iluminismo racionalista.

A matéria que ele guardava, corporificação de uma história de construção de imaginários e produção de saberes nos trópicos, precisa ser lembrada até mesmo para que nossa história colonial possa ser contestada e nunca repetida. A pesquisa, agora, se impõe sobre o que se foi em matéria; pesquisa memorial, arqueologia da própria museologia sob os escombros de nosso presente sombrio. Pesquisa como caminho único para a sobrevivência do Museu.

Esse Museu localizado no bairro de São Cristóvão, num espaço de lazer frequentado por grande parte da população periférica da cidade do Rio de Janeiro, conformava, em sua *performance* solene construída desde o Império e até os nossos dias, as realidades distantes daqueles que produzem ciência e dos que não se veem representados nas instituições do saber consagradas no país. Para a maior parte de seus visitantes, pessoas para quem “museu” é sinônimo de coisas velhas, representadas nas coleções de múmias egípcias, afrescos antigos e fósseis exibidos permanentemente pelo Museu Nacional, o patrimônio ali apresentado era a sua única oportunidade de ter contato com um mundo ritualmente separado no espaço dos museus, entre suas galerias públicas e as reservas e laboratórios destinados aos especialistas.

O que mudou, desde sua criação em 1818, foi, notadamente, a rigidez do pensamento encenado em suas coleções e na linguagem empregada com os públicos. Por exemplo, ao introduzir indígenas no campo do fazer patrimonial e nas ciências que o fundamentam, o Museu Nacional, em diversas de suas ações, colocava em questão os próprios papéis de sujeito e objeto cristalizados na colonização. Nesse sentido, o museu que separa os corpos e os imaginários é também aquele que constrói pontes entre mundos desiguais, subvertendo as separações impostas entre o pensar científico e a experiência bruta, criativa e democrática, que se dá por meio da *performance* museal.

A partir da segunda metade do século XX, o campo museal brasileiro se vê marcado por um conjunto de questões sociais em grande parte advindo das diversas formas de apropriação, nos países periféricos, do modelo europeu do século anterior. Com efeito, a transformação eminente que se observa na história dos museus europeus nas últimas décadas do século decorria de um reconhecimento, no centro do campo museal internacional, da existência de formas experimentais de museus nas ex-colônias,



e da reivindicação por outras museologias que rompessem com o modelo hegemônico disseminado desde a colonização. Essas experiências, ao ganharem visibilidade na Europa, acabam por subverter as lógicas de poder entre metrópoles e colônias mantidas pelos sistemas capitalistas e pelas ditaduras militares até o final do século.

A Museologia no Brasil hoje é feita por sujeitos múltiplos e por meio de saberes compartilhados. A pesquisa é fruto de colaboração com os públicos e com aqueles sujeitos anteriormente excluídos do discurso oficial construído sobre o patrimônio cultural. A chamada democratização da cultura vem, nesse sentido, demandando cada vez maior inclusão e relativização do sujeito hegemônico dos museus e do patrimônio. Tal inclusão de novos sujeitos leva a um embate político sobre quem detém os critérios de valores no campo patrimonial, o que faz da Museologia uma instância de mediações necessária entre pontos de vista sobre a cultura.

Conceber diferentes museologias significa materializar diversos atores (sujeitos/objetos) nos museus, no sentido de se reconhecer e encenar uma “multiplicidade radical de saberes locais” (HARAWAY, 1988, p. 579). Buscamos, com esta reflexão, relativizar o papel soberano de um museu dito “tradicional” pensando a musealização como uma prática social da qual podem fazer parte os sujeitos localizados produtores de saberes múltiplos e valores negociados. Deflagramos, assim, o lugar de fala do sujeito dominante, produtor de uma materialidade inquestionada e inquestionável. Expusemos o seu poder, explorando uma crítica à pesquisa museológica que chega aos nossos dias por meio dos museus e das pessoas que pensam e pesquisam museus – essas também localizadas e, portanto, passíveis de serem descolonizadas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 2009.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2018, pp. 189-210.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: Caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, V. 26 - V. 2, 2013, pp. 4-15.



BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of "sex"*. New York & London: Routledge, 1993.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: Análise Museológica do processo de concepção, montagem e avaliação*. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999.

DECLARAÇÃO de Santiago. Princípios de base do museu integral. *Museum. The role of museums in today's Latin America*. Paris, UNESCO, v. XXV, n. 3, p. 198, 1973.

DAVALLON, Jean (dir.). *Claquemurer, pour ainsi dire, tout l'univers. La mise en exposition*. Paris : Expo-Média, 1986.

DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris : Armand Colin, 2011.

DUSSEL, Enrique. *The invention of the Americas. Eclipse of the "Other" and the Myth of Modernity*. New York: Continuum, 1995.

FABRE, Daniel. 2014. Introduction : comprendre la création, entendre la fiction. *Gradhiva*, n. 20, 2014, pp. 4-21.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016, pp. 25-49.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3 (Autumn, 1988), pp. 575-599.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais do século XIX*. Brasília: UnB, São Paulo: Hucitec, 2009 [1997], p. 205.

MAIRESSE, François. Muséalisation. Regard & Analyse. In : DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (dir.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011, pp. 252-269.



MAROEVIĆ, Ivo. The role of museality in the preservation of memory. In: MAROEVIĆ, Ivo. *Into the world with the cultural heritage*. Museology – Conservation – Architecture. Petrinja, Matica hrvatska, 2004, pp. 45-50.

SANJAD, Nelson. A 'simpatia do povo' pelo Museu Paraense: raízes históricas. pp. 171-174. *Musas*, N. 2, Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2006,

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. In: Anuário Antropológico, n. 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, pp. 175-203.

SCHEINER, Tereza C. Museologia e Pesquisa: perspectivas na atualidade. *MAST Colloquia*, vol. 7, Museu: Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro: MAST, 2005, pp. 85-100.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. *Introduction à l'étude de la muséologie. Destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie – EIEM*. Brno: Université Masaryk, 1995.

TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications, 1988.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Un musée éclaté : le Musée de l'Homme et de l'Industrie, *Museum*, vol. XXV, n. 4, 1973, pp. 242-249.



GALERIA DE FOTOS DO I ENCONTRO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: DESAFIOS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Fotografias: Yasodara Lemos







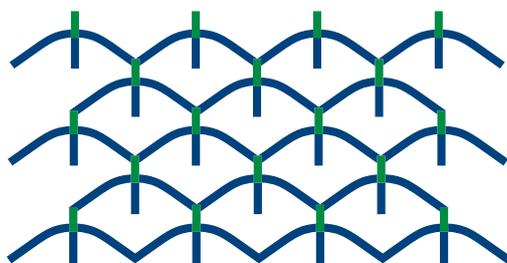








MUSEUS & MUSEOLOGIA



DESAFIOS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

MONIQUE BATISTA MAGALDI
CLOVIS CARVALHO BRITTO

Organizadores

Brasília

UNB-CURSO DE MUSEOLOGIA | FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI

2018

A pesquisa como uma das funções básicas dos museus, os museus como fontes e espaços privilegiados para a pesquisa e a Museologia como campo do saber que reflete sobre as implicações dos processos museológicos são o *leitmotiv* desta publicação.

Este livro reúne textos resultantes de pesquisas no campo dos museus e da Museologia apresentados pelos palestrantes ou elaborados pela comissão científica e organizadora do **I Encontro de Museologia da Universidade de Brasília** ocorrido entre os dias 8 e 10 de outubro de 2018. Ele consiste no registro de um significativo momento de reflexão que envolveu pesquisadores de diversas instituições brasileiras e no estímulo para novos trabalhos conforme destacado no subtema do evento: “desafios para um campo interdisciplinar”.

